

# AVALIAÇÃO DA POUPANÇA E CRÉDITOS RURAIS NA PROVÍNCIA DE NAMPULA: UM ENFOQUE NA INCLUSÃO FINANCEIRA DO GRUPO DE POUPANÇA MÃE ORGANIZA-MOGOVOLAS

*Data de aceite: 01/09/2023*

### **Abudo Sadate Ucade**

Estudante de curso de MBA na Universidade Católica de Moçambique, Licenciado em Economia com Habilitações em Planificação Económica Nampula-Moçambique

**RESUMO:** O objectivo deste artigo visa avaliar a poupança e crédito rural na província de Nampula com enfoque na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva e a técnica utilizada para a obtenção dos dados foi o estudo de caso. Os dados foram tratados por meio de análise quantitativa. O universo desta pesquisa foi de 30 colaboradores do grupo de poupança e a sua amostra foi de 19 feita de uma escolha aleatória simples. O questionário foi avaliado por meio de coeficiente alfa de Cronbach que resultou em 0,745 de grau de confiabilidade na escala de Likert. Os resultados demonstram que a pesquisa contou maioritariamente com colaboradores com 9 anos e mais no grupo correspondente a 53% e menor número no intervalo de 0 a 2 anos correspondente a 5%. O

grupo nunca ouviu falar sobre a inclusão financeira em 84% dos seus colaboradores e os que já ouviram em 14%. As causas mais relevantes que levam o grupo de poupança a sua exclusão financeira ou a não aderir pelos serviços financeiros é por falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros numa porção de 37% e dos sistemas burocráticos das instituições financeiras também em 37%. O grupo de poupança funciona através do ciclo de poupança na porção de 58% e 21% por meios de créditos rotativos; 16% por meio de alocação de recursos financeiros e por fim, 5% por meio de transações financeiras. O grupo contribui mais com taxas de juros de crédito acessíveis em 32% e contribui menos na regulamentação e circulação das moedas em zonas rurais em 10%. O grupo de poupança para a inclusão financeira impactou mais em 53% na melhoria da qualidade de vida e impactou menos na facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito em 11% e expansão dos serviços financeiros também em 11%. Contudo, para adopção do grupo de poupança na inclusão financeira, são necessários imensos esforços conjuntos para que as instituições financeiras sejam abrangentes no alargamento aos serviços

financeiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** grupo de poupança, inclusão financeira.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to assess rural saving end loan in Nampula province with focus on the financial inclusion of the mother savings organization group-Mogovolvas. The study was conducted through a descriptive research and the technique used to obtain the data was the case study. The data were analyzed quantitatively and 30 members from the savings group as the universe and its sample was 19 made of a simple random choice. The questionnaire was conducted by means of Cronbach's alpha coefficient, which resulted in a reliability level of 0,745 on the Likert scale. The results show that the survey had a majority of members aged 9 corresponding to 53% and a smaller number between 0 to 2 years rang corresponding to 5%. It appears that 84% of the group members have never heard about financial inclusion against 14% of those who have heard. The most relevant causes that lead the saving group to their financial exclusion or to not adhere to financial services is lack of confidence or uncertainty by the financial systems which resulted in 37% and the bureaucratic systems of the financial institutions which also resulted 37%. The research shows that 58% of the saving group works through the saving cycle and 21% by means revolving credit, 16% by means of allocation of financial resources and finally 5% through financial transactions. The group contributes most with credit interest rates at 32% and contributes less to the regulation and circulation of currencies in rural areas at 10%. The saving for financial inclusion group has impacted the most on improving the quality of life in rural areas by 53%. More on improving quality of life by 53% and impacted less on eases access to savings and credit services by 11% and expansion of financial services also by 11%. However, for adoption of the savings for financial inclusion group, immense joint efforts are needed for financial institutions to be comprehensive in extension of financial services.

**KEYWORDS:** savings group, financial inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Estratégia para o desenvolvimento do sector financeiro (2013-2022), diz que em Moçambique apesar do aumento verificado no número de instituições financeiras, no período de 2003 a 2012, as instituições financeiras licenciados ainda não servem a maior parte da população do país, sendo que as populações rurais são as que menos acessos têm aos serviços financeiros. A cobertura do sistema bancário tem aumentado, no entanto o acesso aos serviços financeiros continua a ser baixo e fragmentado.

Segundo Banco de Moçambique, (2013, Cit em EDSF,2013-2022), diz que em Moçambique nas áreas rurais o problema do acesso aos serviços financeiros é muito mais preocupante em relação às áreas urbanas do país. A cobertura dos Bancos nas zonas rurais é muito baixa. A cobertura nos distritos por agências passou de 27 distritos (21%) em 2005 para 63 distritos (49%) em 2012. Em termos demográficos, a média do país subiu de 2,9 balcões por 100 mil habitantes em 2005 para 4,1% balcões por mesma medida em 2012.

Em Moçambique quase metade das pessoas com acesso a serviços financeiros formais em áreas rurais gastam mais de 2 horas para chegar a uma instituição financeira, com mais de um terço a gastar mais de 3 horas ou até mesmo o dia inteiro. (EDSF,2013-2022).

A título de Exemplo, só o Banco Mundial tem mais de 900 instituições e fundos em mais de 70 países comprometidos a alcançar a meta de inclusão financeira universal ate 2025 (Banco Mundial,2013)

Manandhar e Pradhan (2005) indicam que o acesso aos serviços financeiros permite que as entidades de baixa renda, melhorem sua qualidade de vida através do auto emprego. Essas experiências sugerem que o acesso aos serviços financeiros auxilia as entidades de baixa renda a suavizar o seu consumo e a construir seus activos físicos e sociais, o que melhora a sua capacidade produtiva.

Além disso, tal como em outros países em desenvolvimento, os serviços financeiros em Moçambique são confrontados com algumas dificuldades tais como a estrutura organizacional deficiente, concorrência desleal, fraca capacidade institucional, baixas taxas de reembolso, falta de cumprimento dos contratos, estratégias limitadas para desenvolver serviços financeiros que atendam às necessidades dos clientes e alguns dos serviços são impulsionados pelos doadores, o que limita a sua durabilidade e sustentabilidade (Josefa, 2011). Estas limitações traduzem-se em fraco acesso aos serviços financeiros por parte da população Moçambicana.

Diante dos argumentos acima descritos, surge a seguinte questão de partida: Como a poupança e créditos rurais na Província de Nampula pode influenciar na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas? Foi neste contexto que o presente trabalho tem como objectivo: Avaliar a poupança e crédito rural na província de Nampula do enfoque na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Portanto, Mogovolas é um Distrito da Província de Nampula de País Moçambique.

O tema torna-se relevante pelo facto de ser uma temática com muita frequência de debates entre as entidades financeiras e de crédito, comunidade académica e sociedade no geral, pois precisam desta pesquisa para garantir a sustentabilidade do sector financeiro em Moçambique. Por outro lado, são os fenômenos vivenciados pelo autor em que por meio de convívio com a comunidade observou cenários em que as comunidades eram movidas pelos desejos de ter acesso aos serviços financeiros ou fazer parte dum sistema financeiro a fim de satisfazer os seus anseios, mas devido a sua incapacidade financeira e burocrática exigida pelas entidades financeiras e/ou de crédito, foram excluídos da possibilidade de aderir aos serviços financeiros.

A pesquisa assenta-se na abordagem quantitativa. Segundo Fortin (2003) O método de investigação quantitativa é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenômenos que existem independentemente do investigador.” (p. 22)

Quanto aos objectivos optou-se pela pesquisa descritiva que segundo Vilelas (2009) “Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenómeno que seja submetido a análise. Avaliam diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenómeno ou fenómenos a investigar” (p. 122)

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa é de estudo de casos, Segundo Vilelas (2009), “Os estudos de casos enquadram-se numa abordagem qualitativa e são frequentemente utilizados para a obtenção de dados na área dos estudos organizacionais, são um tipo de estudos muito particulares e que, para serem eficientes, terão de ter o seu objeto bem definido, devendo o caso escolhido ser representativo do problema ou fenómeno a estudar, os materiais e dados ser recolhidos com precaução, a sua linguagem, clara e homogénea, e as conclusões produzidas ser bem explícitas, constituindo novas informações.” (p.140).

O universo desta pesquisa foi de 30 colaboradores do grupo de poupança que na visão de Lakatos e Marconi, (2003), o universo ou a população-alvo é “o conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum” (p. 225). E a amostra foi de 19 colaboradores feita de uma escolha aleatória simples devido a disponibilidade dos seus membros, que segundo Lakatos e Marconi, (2003), referem que amostra é uma pequena parte representativa do universo ou da população, no qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população, podendo a amostra ser probabilística e não probabilística.

Para a validação do questionário foi usado o coeficiente alfa de Cronbach na escala de Likert de intervalo de 5 pontos que resultou em 0,745 em termos de grau de confiabilidade.

Segundo Cronbach (1951) o seu coeficiente  $\alpha$  mede a correlação entre respostas em um questionário através de análise das respostas dadas pelos respondentes, apresentando uma correlação média entre as perguntas. O coeficiente  $\alpha$  é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos itens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição.

Segundo Likert (1932) a sua escala de 5 pontos que, hoje em dia, é amplamente utilizada. Estas escalas variam desde um grupo de tópicos genéricos até ao mais específico que podem às pessoas que indiquem o quanto concordam ou discordam, aprovam ou desaprovam, ou acreditam que é verdadeiro ou falso.

### Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,678	,745	6

Tabela 1: Coeficiente alfa de Cronbach na escala de Likert.

Fonte: Autor (2023)

Neste contexto, o coeficiente alfa de Cronbach é 0,745, indicando consistência interna substancial dos itens do questionário relacionados a inclusão financeira de grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Isso sugere que os itens estão medindo de forma consistente do construto da inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas.

Colab	Perg-1	Perg-2	Perg-3	Perg-4	Perg-5	Perg-6
Colab-1	0	0	0	0	0	0
Colab-2	2	3	0	3	1	3
Colab-3	1	0	3	2	1	3
Colab-4	2	0	0	1	0	1
Colab-5	2	1	1	2	1	3
Colab-6	1	2	1	1	1	3
Colab-7	2	3	1	1	1	1
Colab-8	2	2	2	2	1	3
Colab-9	2	3	2	2	0	3
Colab-10	2	3	4	1	1	1
Colab-11	3	3	2	2	1	2
Colab-12	3	2	3	2	1	3
Colab-13	3	3	3	1	1	2
Colab-14	4	3	0	2	1	2
Colab-15	3	3	3	2	1	3
Colab-16	3	3	3	2	1	3
Colab-17	3	3	3	2	1	2
Colab-18	4	0	4	3	1	2
Colab-19	3	3	2	0	1	3

Tabela 2: Planilha de perguntas (Perg) e seus colaboradores (Colab)

Fonte: Autor (2023)

A tabela 2 salienta que as perguntas são constituídas em número de 6 do tipo fechadas com as suas respetivas alíneas.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Os Grupos de poupança e crédito rural são um conjunto de pessoas que se reúnem por afinidade, vizinhança ou associativismo em actividades socioeconômicas para realizarem operações de poupança, credito e pagamento de juros associados ao crédito (Allen e Staehle, 2011).

Segundo Ali e Ibraimo (2014) conceituam os grupos de poupança e crédito rotativo são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, (p.137).

Alinhado a esses pensamentos podemos afirmar que os grupos de Poupança são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias morais.

Segundo Carrilho e Teyssier (2011), em Moçambique, o modelo de grupos de poupança e crédito começou por ser implementado na altura em que a lei bancária não autorizava a captação de poupanças ao nível associativo, e os primeiros grupos de poupança e crédito trabalhavam na realidade, com empréstimos do projeto promotor Caixa Comunitária de Crédito e Poupança (CCCP).

Autores como Ali e Ibraimo (2014) afirmam que foi por volta da década 90 que a criação destes grupos teve de entre outros, como objetivo promover o acesso da população de baixa renda e excluída do sistema financeiro formal (SFF) com maior ênfase nas mulheres. A promoção destes grupos já vinha sendo desenvolvida pela Cooperative for American Remittances to Europe (CARE) na África Oriental.

Segundo estes autores, esses grupos iniciais estavam organizados ao nível comunitário, numa aldeia e ou nas zonas rurais, e eram concebidas como instituições autónomas legalmente constituídas. Este modelo de “micro finanças descentralizadas” é particularmente bem adaptado paras zonas rurais, de acesso mais difícil ao crédito e de custos de atendimento mais caros que as zonas urbanas.

De acordo com Rodrigo (2000) no meio rural a vida baixa reveste formas mais visíveis e extrema de exclusão. A baixa renda rural afeta diversos grupos sociais, refletindo problemas associados a baixo rendimento e desemprego, a falta de qualificações, a precariedade do emprego as situações de doença, problemáticas sócias diversas.

Alinhado ao pensamento de Rodrigo a persistência da vida baixa nas sociedades moçambicana e de necessidades essenciais não satisfeita, o aumento das desigualdade e

a permanência das práticas de violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, a privação de espaços públicos e estigmatização de espaços populares estão ligados a questão da pobreza urbana.

## 2.1 Finanças pessoais

De acordo com Matsumoto et al. (2013), o tema finanças pessoais trata de como indivíduo ou família administra a renda. A todo momento o indivíduo tem de tomar decisões financeiras e essas terão impacto na vida pessoal.

De acordo com Pires (2006) as finanças pessoais dizem respeito as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais.

Desta forma, entende-se que finanças pessoais está focado ao comportamento financeiro das pessoas ou das famílias de como elas agem quando tem ou não dinheiro em um determinado período de tempo, com objectivo de maximizar o seu património.

## 2.2 Poupança

Faria (2000) define poupança como sendo a ferramenta fundamental para a geração de investimento, consumo futuro, bem-estar social, e de ser o garante para a velhice.

Segundo Albergoni (2012) define poupança como sendo a diferença existente entre o rendimento (produto) e o consumo por parte das famílias. (p.194).

Deste modo, poupança é a diferença entre o rendimento disponível e a despesa em bens de consumo, por meios utilizados para poupar com fim de manter uma quantia de dinheiro em uma conta de depósito bancário, investir ou guardar o valor em um local seguro para um consumo futuro.

## 2.3 Inclusão financeira

A inclusão financeira é um tema que tem ganhado destaque em Moçambique e no mundo em geral, notadamente pelo papel de fomentar o desenvolvimento econômico e social por meio da inclusão da população de baixa renda nos mercados de serviços financeiros, como: crédito, seguros e poupança. No entanto, não há um consenso quando a sua definição, diversos países formulam seus próprios conceitos. Mas de uma forma geral as definições se norteiam em três dimensões: acesso, uso e qualidade. Onde o acesso refere-se a disponibilidade de produtos e serviços financeiros oferecido pelas instituições. O uso está relacionado a extinção e profundidade de uso desses produtos e ou serviços financeiros. Já a qualidade refere-se a relevância dos mesmos para a vida diária do consumidor. (Santos, 2010).

Porém, para que essa inclusão realmente ocorra e de forma adequada, é necessário oferecer educação financeira, pois a falta de conhecimento no assunto dificulta o uso e contribui para que continue á margem do sistema (Sela, 2017).

Gonçalves (2015), define inclusão financeira como sendo o processo de efetivo

acesso e uso pela população de serviços adequados às suas necessidades contribuindo para a qualidade de vida.

A inclusão financeira pode ser compreendida como um processo no qual indivíduos e empresas tenham a possibilidade de acesso e de utilização de produtos e serviços fornecidos pelo sistema financeiro formal, e que sejam adequados e sustentáveis para o atendimento da demanda em suas reais necessidades (Magalhães et al., 2018).

Deste modo, entende-se que a inclusão financeira é quando as pessoas tem como acesso aos produtos e serviços financeiros bancários, podendo a população alcançar um maior bem-estar financeiro.

## **2.4 Atividades desenvolvidas pelo grupo de poupança**

As actividades desenvolvidas pelos grupos de poupança incluindo os deveres e direitos dos membros são reguladas pelo regulamento/estatuto interno. No caso em análise, o grupo têm um regulamento/estatuto próprio que foi elaborado pelos membros do grupo e foi reconhecido pelas entidades legais. O regulamento/estatuto é um documento orientador sobre o funcionamento do grupo e também prevê sanções aos membros em caso de incumprimento das normas.

As actividades de poupança são desenvolvidas semanalmente durante as reuniões semanais do grupo. De notar que o grupo estabeleceu um dia dentro da semana em que os membros se encontram para poupar e para emprestar dinheiro (crédito). A participação a estas reuniões é obrigatória salvo casos de força maior e tal como está prevista no regulamento/estatuto do grupo.

Os membros que faltam as reuniões do grupo sem justificação prevista nos regulamentos/estatutos são sujeitos ao pagamento de multa no valor de 5 meticais. O regulamento prevê um máximo de 3 faltas injustificadas por membro, sujeitas ao pagamento de multa, após quais os membros pode ser afastado do grupo.

Os valores poupados semanalmente por cada membro do grupo variam geralmente de 10 a 500 meticais no mínimo, em função das disponibilidades financeiras do membro. Para além deste valor, os membros são obrigados a contribuir o valor do fundo social que varia de 5 a 10 Meticais semanalmente, que é usado para questões de emergência como doenças ou infelicidades.

Os fundos de poupança, juros e fundo social são guardados numa mala de madeira que é fechada por 2 cadeados. A mala é guardada por um membro de confiança (Guarda mala) e as chaves por outras duas pessoas (Guarda chaves) cabendo a cada um uma chave. Este arranjo faz com que sejam necessárias 3 pessoas para abrirem a mala, o que melhora, até certo ponto, a segurança dos depósitos.

Quando o grupo dispõe de recursos financeiros suficientes, concede créditos aos seus membros. De notar que o crédito é somente concedido aos membros do grupo a uma taxa de juro previamente acordada no grupo. As actividades de poupança e crédito

decorem durante um ciclo que normalmente varia entre 8 e 12 meses. No fim do ciclo, os membros dividem o valor total da poupança e juros gerado pelo grupo.

Durante a divisão, o membro recebe o valor poupado e uma parte do dinheiro. A divisão dos lucros depende da quantia que cada membro poupou quanto maior for o seu valor maior serão os lucros gerado pelo grupo através de taxa de juros a empréstimos. A divisão do valor dos juros é feita de uma forma proporcional, cabendo a cada membro a percentagem do seu valor poupado em termos de valor total poupado pelo grupo. Por exemplo, se o valor total poupado por um determinado membro é de 1% do valor total poupado pelo grupo, o membro recebe o valor correspondente a 1% do valor total dos juros gerado pelo grupo. Este procedimento beneficia aos membros com maior poupança relativamente aos que menos poupam mas que se beneficiam dos empréstimos no grupo e pagam. Deste modo, o grupo procura incentivar a poupança no lugar do empréstimo (crédito).

### 3 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

#### 3.1 Análise de permanência de tempo no grupo poupança



Gráfico 1: Distribuição percentual do tempo dos colaboradores no grupo

Fonte: Autor (2023)

Conforme o gráfico acima apresentado, observou-se que, a pesquisa contou maioritariamente com colaboradores que se caracterizavam com 9 anos e mais, correspondentes a 53%, também contou com colaboradores que estão de 6 a 8 anos no grupo de poupança correspondentes a 26%, também contou com 16% dos colaboradores que se

encontra de 3 a 5 anos no grupo, e por fim, a pesquisa contou com 5% dos colaboradores que estão de 0 a 2 anos no grupo. Os dados aqui apresentados, demonstram-nos que de facto a pesquisa contou com entidades que possuem alguma experiência no grupo, assim tornando as suas respostas relevantes e credíveis.

### 3.2 Grupos de poupança e créditos rurais como opção para inclusão financeira

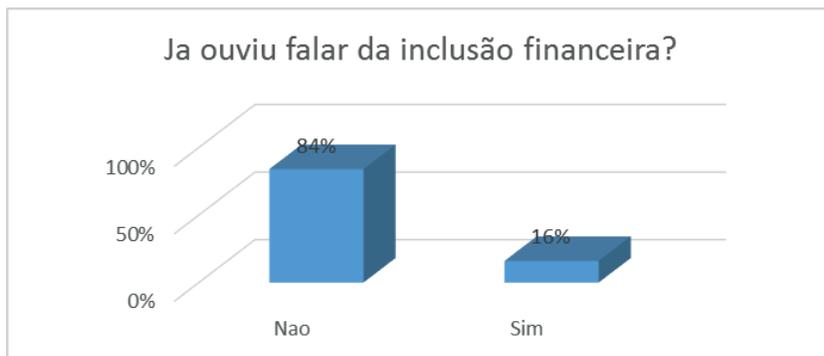


Gráfico 2: Distribuição percentual dos colaboradores se já ouviram falar da inclusão financeira.

Fonte: Autor (2023)

Conforme é observado no gráfico acima, constatou-se que a maioria dos colaboradores não têm noções sobre a inclusão financeira correspondente a 84%. E 16% dos colaboradores já ouviram falar da inclusão financeira. O estudo mostra que a maior parte do grupo não têm a noção sobre a inclusão financeira, apesar dos mesmos estarem inseridos no grupo.

### 3.3 Causas que lhes levam a não aderir aos serviços financeiros



Gráfico 3: Distribuição percentual sobre as causas da exclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

De acordo com o gráfico acima ilustrado, pode se observar que uma maior parte dos colaboradores do grupo, alegaram que as causas que levam a sua exclusão financeira ou a não aderir pelos serviços financeiros é a falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros na porção de 37%. Também 37% afirmaram que os sistemas burocráticos das instituições financeiras contribuem massivamente para que estes não possam aderir aos serviços financeiros, questões estas desencadeadas pela falta de conhecimento sobre o sistema financeiro em 11%, falta de recursos financeiros em 11% e a distância de locomoção até as instituições financeiras na porção de 5%.

Whyley e Kempson (2000) apontam cinco principais formas de exclusão financeira, em que a primeira, é a exclusão de acesso tanto pela distância a um canal de acesso quanto pelo processo de gestão de risco do sistema financeiro. A segunda refere que há a exclusão por condições, ou seja, quando ocorre pelas condições inadequadas em que o crédito é oferecido. A terceira tem-se a exclusão por preços acima do esperado de produtos financeiros, a quarta, referem-se a exclusão por marketing, isto quer dizer, pelo direcionamento das vendas de produtos financeiros. A quinta trata-se da autoexclusão, que se reflete na decisão de determinadas pessoas a se excluir do sistema financeiro formal, por falta de conhecimento financeiro apropriado, entre outras razões. Conforme se observou dos participantes, algumas dessas características dadas pelos autores fazem com que o indivíduo sinta-se incapacitado de aderir pelo sistema financeiro oque coincidentemente proporciona a sua exclusão financeira.

### 3.4 Funcionamento dos grupos de poupança e crédito rural para a inclusão financeira

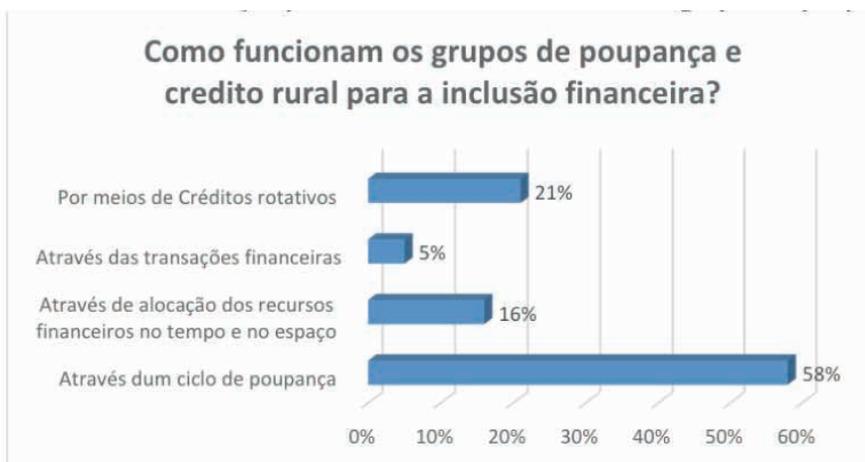


Gráfico 4: Distribuição percentual do funcionamento dos grupos de poupança

Fonte: Autor (2023)

Conforme o gráfico acima descrito, observou-se que maioritariamente os

colaboradores afirmaram que o grupo de poupança mãe organiza funciona através dum ciclo de poupança, com uma porção equivalente a 58%, também 21% dos colaboradores afirmaram que o grupo de poupança funciona por meios de créditos rotativos. Enquanto 16% afirmaram que o grupo funciona por meio de alocação de recursos financeiros no tempo e no espaço tratando-se exclusivamente de depósitos a prazo reembolsáveis, e por fim, 5% dos participantes afirmaram que o grupo de poupança trabalha por meio de transações financeiras.

Em relação aos créditos rotativos, estes são geralmente caracterizado de curto prazo (compreendendo de 1 a 3 meses máximo) e somente é concedido apenas aos membros do grupo de poupança, isto é, não há empréstimos para pessoas que não fazem parte do grupo. Quanto ao desembolso, estes valores são pagos mediante uma taxa de juro de critério mensal, que pode variar entre 5% a 25% dependendo da decisão do Grupo de Poupança Mãe Organiza.

Na visão de Bouman (1995), salienta que, cada grupo de poupança tem as suas próprias especificações em termos de regras e funcionamento para acomodar diferentes ambientes propósitos ou emergências. Assim sendo, não é diferente com o grupo de poupança Mãe organiza em comparação com os outros grupos de poupança.

Os grupos possuem um sistema de registo de informação das transações financeiras (valores poupados, empréstimos concedidos, juros pagos, fundo social, multas e outras contribuições). Feitas em cadernetas/fichas individuais e/ou em cadernos coletivos. A gestão do funcionamento do grupo e o registo das operações são feitos por um comité de gestão eleito pelo grupo. Os valores monetários das poupanças e remanescentes (após empréstimos ou cobranças de juros, fundo social e multas) movimentados no grupo são realizados através de depósitos bancários BCI.

### 3.5 O contributo que os grupos de poupança e crédito rural têm para a inclusão financeira

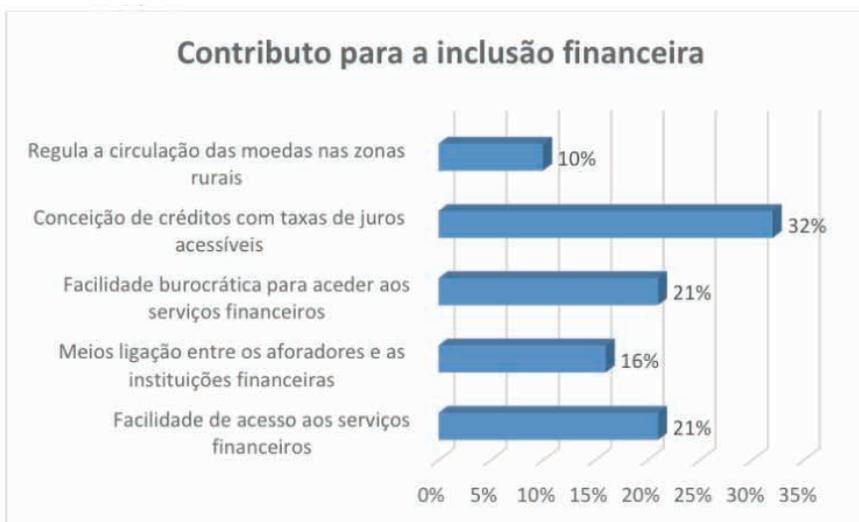


Gráfico 5: Distribuição percentual do contributo dos grupos de poupança na inclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

No que concerne ao gráfico acima apresentado, pode se observar que, quanto ao contributo dos grupos de poupança para a inclusão financeira, os colaboradores afirmaram maioritariamente que o grupo tem taxas de juros de crédito acessíveis numa porção de 32%, de seguida observou-se que 21% dos colaboradores afirmaram que esses grupos de poupança contribuem na melhoria da qualidade de vida através facilidade de acesso aos serviços financeiros e ainda 21% dos colaboradores, afirmaram haver facilidade burocrática para aceder aos serviços financeiros, enquanto 16% dos colaboradores afirmaram que o grupo serve de meio de ligação entre os aforadores e as instituições financeiras, e por fim, 10% dos colaboradores afirmaram que o grupo contribui na regulamentação e circulação das moedas nas zonas rurais. Não obstante, em conformidade com Bouman (1995), por sua vez este autor refere que os grupos de poupança são de grande importância pois eles contribuem demasiadamente na inclusão financeira através da redução da pobreza, aumento dos activos para financiar pequenos negócios, inclusão social resultante da interagida dos fundos sociais.

### 3.6 O impacto dos grupos de poupança como opção para a inclusão financeira

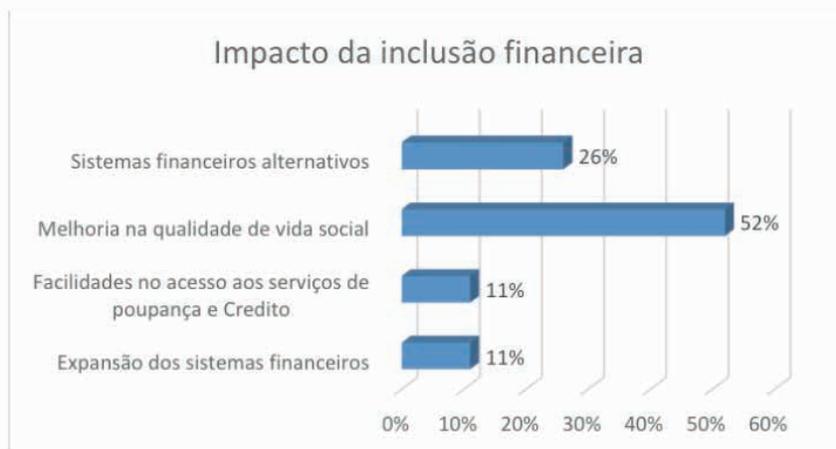


Gráfico 6: Distribuição percentual do impacto dos grupos de poupança na inclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

No que concerne ao gráfico acima apresentado, pode se observar que, quanto ao impacto do grupo de poupança para a inclusão financeira, verifica-se 52% dos colaboradores afirmaram que a inclusão financeira traz melhoria da qualidade de vida devido a melhoria das condições de vida comparativamente antes do surgimento do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Deste modo, podemos observar que 26% dos colaboradores recorrem aos sistemas financeiro alternativo por motivos de fraca expansão dos serviços financeiros. Por outro lado, 11% dos colaboradores se expandem para a aderência do sistema financeiro ao nível rural e por fim 11% dos colaboradores têm facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito. Portanto, os resultados da pesquisa indicaram que os recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos como educação dos filhos e ajuda a família.

Outrossim, os Grupos de poupança funcionam como mecanismo de inclusão financeira pois em zonas onde não existem instituições financeiras formais, são alternativa de acesso a recursos financeiros.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, podemos concluir que o grupo de poupança mãe organiza de Distrito de Mogovolas, da Província de Nampula, País Moçambique, identificou que a maior parte dos seus colaboradores estão a 9 anos e mais correspondente a 53%, observou-se ainda que o grupo nunca ouviu falar sobre a inclusão financeira que corresponde uma

porção de 84% e 14% já ouviram falar sobre a inclusão financeira.

Por outro lado, as causas que levam o grupo de poupança a não aderir aos serviços financeiros, observou-se que, há falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros, em 37% dos seus colaboradores e também os sistemas burocráticos exigidos pelas instituições financeiras de certa forma contribui para que haja uma exclusão financeira em 37%, há falta de conhecimento sólidos sobre o sistema financeiro em 11%, também há falta de recursos financeiros correspondente em 11% e a distância que separa entre as suas residências para as instituições financeiras que corresponde em 5%.

De seguida, a pesquisa descreve o funcionamento dos grupos de poupança e crédito rural na inclusão financeira, pelo que foi constatado, o grupo funciona através dum ciclo de poupança em 58%, por meios de alocação dos recursos financeiros no tempo e no espaço em 16%, também funciona através das transações financeiras em 5%, e por fim, por meios de créditos rotativos em 21%.

No que tange a apresentação do contributo que os grupos de poupança e crédito rural têm para a inclusão financeira, observou-se que o grupos tem conceição de créditos com taxas de juros acessíveis em 32%, eles são meios de facilidade de acesso aos serviços financeiros em 21%, o grupos de poupança contribui na melhoria da qualidade de vida através facilidade de acesso aos serviços financeiros em 21%, enquanto 16% dos participantes afirmaram que o grupo serve de meio de ligação entre os aforadores e as instituições financeiras, e por fim, 10% dos colaboradores afirmaram que o grupo contribui na regulamentação e circulação das moedas nas zonas rurais.

Por fim, sobre o impacto dos grupos de poupança e crédito rural como opção para a inclusão financeira, observou-se que em 52% dos participantes afirmaram que a inclusão financeira traz melhoria da qualidade de vida devido a melhoria das condições de vida comparativamente antes do surgimento do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas, 26% dos colaboradores recorrem aos sistemas financeiro alternativo por motivos de fraca expansão dos serviços financeiros. Por outro lado, 11% dos colaboradores se expandem para a aderência do sistema financeiro ao nível rural e por fim 11% dos participantes têm facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito.

Assim sendo, a poupança e crédito rural influencia na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza de Mogovolas por meio de recursos e serviços financeiros disponibilizados no grupo a fim de ajudar os membros, esses recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos, como educação dos filhos e ajuda a família.

Nesse sentido, a poupança e créditos rurais são meios alternativos para inclusão financeira em zonas rurais, pois o grupo serve de meio auxiliar substituíveis de acesso aos recursos financeiros em zonas onde não existam instituições financeiras formais.

Portanto, o grupo de poupança para ganhar sustentabilidade do seu organismo,

passa a capacitar os seus membros em matérias de inclusão financeira, assim como de educação financeira.

Ademais, o grupo, passe a efectuar depósitos à prazo em instituições financeiras, a fim de aumentar as suas reservas, como também de criar pequenas subunidades de poupança em zonas mais carenciadas aos serviços financeiros e de difícil acesso a informação sobre a inclusão financeira.

Podemos considerar que a inclusão financeira para o grupo de poupança e crédito rural, seria de grande importância na movimentação da economia tendo em conta que este grupo deixaria de guardar os seus recursos monetários em cofres caseiros pregando a circulação da moeda nacional. Por outro lado, o acesso aos serviços financeiros é crucial para o bem-estar das famílias, com isso, o conhecimento dos factores que concorre para o acesso ao serviço financeiro é importante na medida que poderá ajudar o governo, o sector privado e as instituições não-governamentais que trabalham no funcionamento rural a potenciar que as famílias rurais tenham características que lhes possibilitem ter acesso aos serviços financeiros.

## REFERÊNCIAS

Albergoni, L (2012).Economia - ed., rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil.

Allen, H. e Staehle, M. (2011) Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimo (ACPE). Guião de Formação do Agente Comunitário.

Ali, O. Ibraimo, C. F. (2014). Coleção e-book, tudo sobre a poupança: construção da agenda de inclusão financeira a luz da teoria Ator-rede, *revista de administração pública*, (162, 163,164).

B.M (2013) Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique. Uma abordagem do lado da oferta. Pemba, Banco de Moçambique.

Bouman, F.J.A. (1995) Rotating and Accumulating Saving and Credit Associations: A Development Perspective.

Carrilho, J. & Teyssier, S. (2011) Grupos de Poupança e Credito em Moçambique, Desafios e Perspectivas, Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia (FARE). Maputo, Moçambique.

Cronbach L.J (1951) : Wikipédia, a enciclopédia livre. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfa\\_de\\_Cronbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfa_de_Cronbach).

Estratégia para o desenvolvimento de sector financeiro (2013-2022), Maputo, Moçambique.

Faria, A.F. (2000), poupanças rurais em Moçambique. Texto inédito. Tese de licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, faculdade de economia. Maputo, Moçambique

Fortin, M.F.(2003),O processo de investigação : da concepção à realização. 3.ª ed. Loures : Lusociência.

Gonçalves (2015) A.S. Uma análise da inclusão financeira, texto inédito, tese de monografia rio de Janeiro, brasil

Josefa, A.L. (2011). “*Determinantes de Acesso ao Sistema financeiro: o caso de Moçambique*”. Tese de Mestrado em Economia Monetária e Financeira, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, Portugal.

Lakatos E.M e Marconi M.A (2003), Fundamentos de metodologia científica, 5a edição, Atlas: São Paulo.

Likert, R (1932), : Wikipédia, a enciclopédia livre. <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/o-que-e-a-escala-likert>.

Magalhães, R. Economia. (2005). Uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. Texto inédito. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil.

Manandhar, K. B. e K. K. Pradhan. (2005). “Microfinance: Practices and policy Environment in Nepal”. Paper presented at World Congress on Agriculture and Rural Finance. Addis Ababa, Ethiopia, November. Manion, L, Cohen, L. and Morrison.

Matsumoto, A. S. et al. (2013) Finanças pessoais, Santa Catarina, Brasil.

Oliveira, R. B., & Kaspczak, M. C. M. (2013). Planejamento Financeiro pessoal, uma revisão bibliográfica. Paraná, Brasil.

Oecd. Financing SMEs and entrepreneurs 2016. (2017). an OECD scoreboard. OECD Publishing, Paris.

Pires, V. (2006). Finanças pessoais. Fundamentos e dicas. Editora Equilíbrio, Piracicaba, Brasil.

Rodrigo, O. L. (2000), construção da agenda de inclusão financeira a luz da teoria Ator-rede, *revista de administração pública*, (162, 163,164).

Santos, J. O. Barros, C. A. S. (2010). O que determina a tomada de decisão financeira: razão ou emoção? *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 13, n. 38, p. 7-20, 2011. SLOMP, J.Z.F. Endividamento e Consumo. *Revista Relações de Consumo*, 2008. Recuperado em: <[http://procon.caxias.rs.gov.br/site/\\_uploads/publicacoes/publicacao\\_4.pdf](http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicacoes/publicacao_4.pdf)>.

Sela, B.F (2017) ocorrência de inclusão financeira 1ª edição Portugal.

Vieira, S.F.A.; Bataglia, R. T. M.; Sereia, V.J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança; uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da UNIMEP*, v.9, n.3, 2011. Recuperado em: <http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>

VILELAS, José (2009) – Investigação: o processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo.